



SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
E SEGURANÇA ALIMENTAR



SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
DIRETORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA  
DIRETORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

**PROJETO BÁSICO**

Objeto: Cooperação técnica para o desenvolvimento e apoio aos serviços de proteção social básica e de média Complexidade nos equipamentos públicos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, em conformidade com a Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009 - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

**1. INTRODUÇÃO**

O Sistema único de Assistência Social – SUAS é um sistema unificado responsável pela organização da política de assistência social, em âmbito federal, estadual e municipal e materializa o conteúdo da LOAS. Tendo o modelo de gestão descentralizada e participativa, define e organiza os elementos essenciais para execução da política pública de assistência social, normatizando os padrões nos serviços, a qualidade no atendimento aos usuários, os indicadores de avaliação e resultado, a nomenclatura dos serviços e da rede prestadora de serviço socioassistencial. Nesse contexto, as ações da assistência social são organizadas tendo como referência o território onde as pessoas moram, considerando suas demandas e necessidades. As ações desenvolvidas buscam promover renda com serviços socioassistenciais na perspectiva de oferecer maiores oportunidades e possibilidades de desenvolvimento de indivíduos, famílias e comunidades. (SUAS, 2005).

Esse novo modelo de gestão se dá por meio de um pacto federativo, com a definição de competências e responsabilidades das três esferas de governo. Para a implementação do SUAS, aspectos importantes da gestão têm sido apontados como fundamentais: a descentralização, o financiamento, o controle social e a gestão do trabalho. Em relação à descentralização do poder federal e da democratização das políticas públicas, foram criados dispositivos comprometidos com a lógica de fortalecimento do poder local, reconhecendo a autonomia municipal, transferindo para o âmbito local, novas competências e mecanismos públicos necessários para o fortalecimento do controle social e a participação popular. Tal conquista assinalou um período histórico importante para a população que convive com a pobreza e sofre as consequências da desigualdade social em nosso país. Pois, ao introduzir em suas disposições gerais o conceito de seguridade social, fez com

*Amel*





**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
E SEGURANÇA ALIMENTAR**



que a rede de proteção social alterasse o seu enfoque estritamente assistencialista, passando a ter uma conotação ampliada de direito e de cidadania.

Nesse contexto, a proteção social se configura uma nova situação para o Brasil, que tem como princípio garantir as pessoas que necessitam e, sem contribuição prévia a provisão dessa proteção social, garantindo as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (rendimento e de autonomia), de acolhida e de convívio ou vivência familiar. Uma dessas grandes mudanças foi a organização da assistência social em níveis de proteção: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) de média e alta complexidade, além de reorganizar os serviços, programas, projetos e benefícios de acordo com as funções que desempenham, o universo de pessoas que deles necessitam e sua complexidade. Os serviços socioassistenciais no SUAS são organizados segundo as seguintes referências: vigilância social, proteção social e defesa social e institucional.

Com a implantação do SUAS, contata-se que a assistência social no Brasil passou por importantes reformulações, as quais têm alterado não só o padrão de funcionamento da política pública, mas também requerem novas formas de organização e trabalho, novos papéis e competências dos atores sociais nela envolvidos. Nesse contexto, a assistência social passou a ter a função de garantir o acesso às demais políticas públicas as pessoas, famílias e comunidades que se encontram excluídas de seus direitos sociais básicos. O que significa que as provisões assistenciais e as seguranças sociais (segurança de sobrevivência, de acolhida e de convívio ou vivência familiar) alicerçadas pelos marcos regulatórios, como a tipificação dos serviços socioassistenciais (Brasil, 2009), devem ser prioritariamente, executadas no âmbito da garantia de cidadania sob a responsabilidade do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e o acesso aos direitos e serviços, programas e projetos.

Nessa perspectiva, para possibilitar o “fortalecimento dos vínculos familiares e a defesa e promoção do direito e convivência familiar e comunitária”, tornar-se importante o compromisso do poder público com a oferta adequada e acessível a serviços. Diante da necessidade de garantir a execução das atividades nos CRAS/CREAS, além de ampliar a cobertura da Proteção Social nas Regionais do município de Contagem e o número de famílias referenciadas nos territórios, esse projeto expressa, portanto, os objetivos e a importância da continuidade dos serviços ofertados nos equipamentos de Contagem.

### **1.1 NORMATIVAS SUAS E CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

O Centro de Referência de Assistência Social são de atenção Básica (CRAS) e de Atenção Especializada (CREAS).

*Micha*



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
E SEGURANÇA ALIMENTAR**



1.1.1 O Centro de Referência da Assistência Social Básica - CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social sendo responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. É de sua responsabilidade o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e de gestão territorial da rede socioassistencial de Proteção Social Básica.

O CRAS representa a principal estrutura física local para a proteção social básica, desempenhando papel central no território onde se localiza, possui a função exclusiva da oferta pública do trabalho social com famílias por meio do serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (PAIF) e gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica.

Nesse sentido, destacam-se como principais funções do CRAS:

- Ofertar o serviço PAIF e outros serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica, para as famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social;
- Articular e fortalecer a rede de Proteção Social Básica local;
- Prevenir as situações de risco em seu território de abrangência fortalecendo vínculos familiares e comunitários e garantindo direitos.

**1.1.1.1 DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES DO CRAS:**

A Gestão da Proteção Básica nos territórios de Contagem/MG tem como principais objetivos:

(a) assegurar que as ações com as famílias, exercidas por meio do PAIF, sejam o eixo em torno do qual os serviços locais se organizam e que os encaminhamentos feitos pelo CRAS tenham efetividade e resolutividade;

(b) promover a atuação preventiva, disponibilizando serviços próximos do local de moradia das famílias, racionalizar as ofertas e traduzir o encaminhamento de seus serviços em ação concreta.

São objetivos específicos:

- (a) articulação da rede socioassistencial de proteção social básica referenciada;
- (b) promoção da articulação intersetorial;
- (c) realização de busca ativa no território;
- (d) produção de material socioeducativo.

A oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e outros serviços socioassistenciais de proteção básica tem como objetivos gerais:

*mch*





**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
E SEGURANÇA ALIMENTAR**



(a) Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida;

(b) Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;

(c) Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades;

(d) Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social;

(e) Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos;

(f) Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.

Estando entre seus objetivos específicos:

(a) Acolher as demandas, interesses, necessidades e possibilidades dos usuários;

(b) Propiciar ao usuário o acesso a serviços de qualidade;

(c) Promover ao usuário a vivência de experiências que contribuam para a construção de projetos individuais e coletivos, o desenvolvimento da autoestima, autonomia e sustentabilidade;

(d) Ter reduzido o descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF);

(e) Propiciar ao usuário o acesso a informações e encaminhamentos a políticas de emprego e renda e a programas de associativismo e cooperativismo.

Com relação ao PAIF o CRAS se caracteriza em seu trabalho social pela oferta essencial de: acolhida; estudo social; visita domiciliar; orientação e encaminhamentos diversos; oficinas com grupos de famílias; acompanhamento familiar; ações e atividades comunitárias; campanhas socioeducativas; ações particularizadas; informação, comunicação e defesa de direitos; promoção ao acesso à documentação pessoal; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania; conhecimento do território; cadastramento socioeconômico; elaboração de relatórios e/ou prontuários; notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social; busca ativa.

1.1.2. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é uma unidade pública que têm por objetivo a oferta de serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade. Isso se materializa por meio do atendimento e o acompanhamento especializado de famílias e indivíduos cujos direitos foram violados ou ameaçados.

*Assinado*



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
E SEGURANÇA ALIMENTAR**



Os serviços de Proteção Social Especial devem atuar de forma contínua e compartilhada com outras políticas setoriais que compõem o Sistema de Garantia de Direitos. Asseguram, assim, a efetividade da reinserção social, a qualidade na atenção protetiva e o monitoramento dos encaminhamentos realizados (fonte: <https://www.gesuas.com.br/blog/creas/>).

#### **1.1.2.1. DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES DO CREAS**

O papel do CREAS no SUAS, de modo geral, compreendem:

a) Ofertar e referenciar serviços especializados de caráter continuado para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, conforme dispõe a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

b) A gestão dos processos de trabalho na Unidade, incluindo a coordenação técnica e administrativa, da equipe, o planejamento, monitoramento e avaliação das ações, a organização e execução direta do trabalho social no âmbito dos serviços ofertados, o relacionamento cotidiano com a rede e o registro de informações, sem prejuízo das competências do órgão gestor de assistência social em relação à Unidade.

Os serviços ofertados pelo CREAS devem propiciar acolhida e escuta qualificada, visando, dentre outros aspectos:

a) Ao fortalecimento da função protetiva da família;

b) À interrupção de padrões de relacionamento familiares e comunitários com violação de direitos;

c) À potencialização dos recursos para a superação da situação vivenciada e reconstrução de relacionamentos familiares, comunitários e com o contexto social, ou construção de novas referências, quando for o caso;

d) Ao acesso das famílias e indivíduos a direitos socioassistenciais e à rede de proteção social;

e) Ao exercício do protagonismo e da participação social; e

f) À prevenção de agravamentos e da institucionalização.

São serviços ofertados nos CREAS:

a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI que é serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça e violação de direitos e que deve ser ofertado por toda Unidade CREAS.

b) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade que tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas

*muchu*





SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
E SEGURANÇA ALIMENTAR



socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve ser ofertado pelo CREAS nas localidades onde se identificar demanda, podendo referenciar serviços complementares. No caso de possuir mais de uma Unidade CREAS, o município tem autonomia para a definição daquelas unidades que deverão ofertar este Serviço, observada a relação com o território.

c) Serviço Especializado em Abordagem Social que tem como finalidade assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Pode ser ofertado pelo CREAS ou unidade específica referenciada ao CREAS, nos territórios onde se identificar demanda. Pode ser ofertado também nos Centros POP, como é o caso do município de Contagem.

d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias sendo destinado à promoção de atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direito. Pode ser ofertado pelo CREAS ou unidade específica referenciada ao CREAS, nos territórios onde se identificar demanda.

Alguns exemplos das situações que são atendidas no CREAS são:

a) Violências que ocorrem na própria família da pessoa, a exemplo de: abandono, negligência, violência física ou violência psicológica;

b) Discriminação por raça/cor e etnia, gênero, idade, identidade de gênero, orientação sexual, deficiência;

c) Trabalho infantil;

d) Afastamento ou rompimento do convívio familiar;

e) Cumprimento de Medidas Socioeducativas: Duas modalidades são acompanhadas pelas equipes do CREAS: Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida;

f) Violência Sexual (tanto o abuso, quanto a exploração sexual);

g) Dependência de cuidados por causa da idade (para pessoas idosas) ou por causa de deficiência (para pessoas de qualquer idade);

h) Vítimas de calamidades ou emergência social, como no caso do rompimento de barragens, enchentes, secas, migrantes.

## 1.2. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM

### 1.2.2 Descrição da realidade

Contagem possui um contingente populacional estimado em média de 663.855 pessoas, segundo informa o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2011, densidade demográfica (CENSO 2010): 3.090,33 hab./km<sup>2</sup> e sua área territorial é dividida por Regionais

*mi*





SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
E SEGURANÇA ALIMENTAR



Administrativas, que se constitui por vários bairros e vilas. Também possui aglomerados subnormais que totaliza um número de 45 identificados e delimitados, que possui em média cerca de 18.4839 domicílios ocupados e 58.163 pessoas. De acordo com a definição do IBGE, os aglomerados subnormais se constitui basicamente de unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando disposta em geral de forma desordenada e densa.

Outra característica importante sobre o município está relacionada a existência de comunidades remanescentes, a exemplo do Quilombo dos Arturos que em 2005 obteve o certificado de reconhecimento da Fundação Cultural Palmares como Quilombo Urbano. Hoje, em sua quarta geração, oitenta (80) famílias fazem parte de sua comunidade, cerca de quinhentas (500) pessoas residem no bairro Jardim Vera Cruz, na Regional Sede.

Conforme os dados do último censo, as Regionais Administrativas mais populosas são a Regional Eldorado e a Regional Ressaca, com uma participação da população de 19,03% e 15,79%, respectivamente, e as que possuem maior concentração de pessoas por km<sup>2</sup> são a Regional Riacho e a Regional Industrial. A população de Contagem teve um aumento de 12,2% no período compreendido entre 2000 e 2010, sendo a Regional Industrial a única que contou com um decréscimo em sua população residente nesse período, variando negativamente em 5,2%. Em direção oposta, a Sede apresentou o mais expressivo crescimento populacional, aumentando em 31,9% o seu número de residentes. A Taxa Média de Crescimento Anual da população no Município nesse período foi de 1,15%.

Em 2017, a população residente estimada do município de Contagem era de 658.580 habitantes, 9,14% maior que o valor registrado no último Censo Demográfico, em 2010, de 603.443 habitantes.

A organização da Política de Assistência Social, em relação aos equipamentos dos CRAS, será apresentada seguindo a lógica regional, por considerar que noventa por cento desses equipamentos estão em base regional. No município temos dois CRAS de base territorial, sendo os CRAS Casa Amarela e Parque São João. Estar em base territorial significa seguir uma restrita observância as exigências locais definidas, a partir de um diagnóstico da sua área de abrangência, que vai manifestar diretamente no conjunto de serviços demandados e na condição dessa oferta, partindo da especificidade de cada território.

A noção de territorialidade é aplicada a todos os CRAS por considerar que o conceito de território implica na ideia do "território vivido", no qual se remete ao espaço usado pela população





**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
E SEGURANÇA ALIMENTAR**



que possibilita planejar ações na conquista de direitos, construção de autonomia e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Ademais, conforme o disposto na NOB-RH/SUAS (2006), o porte dos municípios é o elemento fundamental no planejamento do quantitativo de equipamentos no território, ou seja, é o número de famílias que vivem no território que constituem parâmetros para a capacidade de atendimento e o número de equipamentos, além da definição das equipes nas unidades socioassistenciais: CRAS e CREAS. Nesse contexto, destaca-se a importância de conhecer a realidade municipal mediante o diagnóstico socioterritorial e os dados de vigilância socioassistencial, para compreender a situação que se encontra o público a ser referenciado e identificar as famílias que convivem com as vulnerabilidades próprias da Política da Assistência Social.

De acordo com as diretrizes da PNAS (2004), o município de Contagem é classificado na categoria de grande porte. Nesta categoria, o município se inscreve na Gestão Plena como orienta a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS (2005). Isso significa que, na gestão plena Contagem tem a gestão total das ações de assistência social e sua responsabilidade recai na oferta de programas, projetos e serviços que fortaleçam vínculos, transferência de renda e direitos violados. Nesse contexto, a definição do número de famílias a serem referenciadas e o número de equipamentos da política pública, tais como CRAS e CREAS, guardam relação com o porte do município, como prevê a NOB-SUAS. Sendo assim, no caso de Contagem, o SUAS define as seguintes orientações: a implantação de 01 CREAS a cada 200.000 habitantes, e um CRAS para referenciar territórios com até 5.000 famílias. Importante lembrar que o dado fornecido pelo MDS é um parâmetro, sendo o diagnóstico socioterritorial e os dados da vigilância socioassistencial que devem definir o quantitativo de unidades necessárias.

Nesse cenário, para atender as famílias que se encontram em vulnerabilidade social e risco pessoal no âmbito da Proteção Social Básica o município possui dez (10) Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, e da Proteção Social Especial possui (04) CREAS. Para o atendimento da assistência social a primazia do foco está na família. Desse modo, as famílias que constituem o público usuário da Política de Assistência Social, são cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, em que os beneficiários do Programa Bolsa Família em especial aquelas em descumprimento de condicionalidades por motivos relacionados a situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, e do Benefício de Prestação Continuada são prioritários no acompanhamento.

*Mucha*





SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
E SEGURANÇA ALIMENTAR



O município de Contagem possui 57.736 famílias inscritas no Cadastro Único dos Programas Sociais. Num total de 23.445 famílias cadastradas com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$ 89,00, vivendo em situação de extrema pobreza e 18.430 pessoas em situação de pobreza (renda per capita de 90 até 178 reais). No tocante as pessoas que vivem em situação de extrema-pobreza os números revelam a seguinte situação em relação realidade de cada regional e territórios em que se encontram os equipamentos:

- ✓ Eldorado: 7.644 pessoas
- ✓ Parque São João (Eldorado): 1.515 pessoas
- ✓ Industrial: 6.443 pessoas
- ✓ Icaivera: 2.983 pessoas
- ✓ Nova Contagem: 9.404 pessoas
- ✓ Nacional: 4.370 pessoas
- ✓ Casa Amarela (Nacional): 4.046 pessoas
- ✓ Ressaca: 12.376 pessoas
- ✓ Petrolândia: 6.211 pessoas
- ✓ Sede: 9.819 pessoas

Sobre o Benefício de Prestação Continuada – BPC da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que garante um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família – Contagem no mês de maio de 2020, registrou o número de 9.622 beneficiários, sendo 4.194 pessoas com deficiência e 5.428 pessoas idosas.

Para atender as famílias que se encontram em vulnerabilidade social e risco pessoal no âmbito da Proteção Social, os equipamentos socioassistenciais do SUAS em Contagem esta distribuída nas regionais no seguinte contorno:

**1.2.2. Equipamento da rede socioassistencial do SUAS por regionais administrativas:**

Regional		Bairros e vilas	População	Equipamentos PNAS
1	Eldorado	17 bairros e 5 vilas	114.843	2 CRAS 1 CREAS Conselho Tutelar CREAS POP Restaurante Popular Abrigo Municipal Bela Vista

*maria*



SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
E SEGURANÇA ALIMENTAR



Regional		Bairros e vilas	População	Equipamentos PNAS
2	Industrial	14 bairros e 16 vilas	74.553	1 CRAS Conselho Tutelar
3	Nacional	25 bairros e 14 vilas	61.432	CRAS Casa Amarela CRAS Nacional Cozinha Comunitária Conselho Tutelar
4	Petrolândia	11 bairros e 4 vilas	38.604	1 CRAS Conselho Tutelar Abrigo para adolescente.
5	Ressaca	31 bairros e 21 vilas	95.263	1 CRAS 1 CREAS Restaurante Popular Conselho Tutelar
6	Riacho	11 bairros e 5 vilas	74.755	
7	Sede	56 bairros e 9 vilas	88.754	1 CRAS CREAS Abrigo masculino (11 a a18) Conselho Tutelar Lar Maria clara Abrigo feminino (11 a 18 anos)
8	Vargem das Flores	15 bairros e 7 vilas	55.238	CRAS Nova Contagem CRAS Icaivera CREAS Nova Contagem Restaurante Popular Cozinha Comunitária Conselho Tutelar

Como já mencionado, os serviços de proteção social básica serão executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e em outras unidades básicas e públicas de assistência social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS. De acordo com a PNAS (2004), os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. Como já apontado, os CRAS em Contagem são de base regional e não atende toda a demanda do território, desta maneira, foi necessário delimitar segundo as normativas, quais

*Ass. Social*





SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
E SEGURANÇA ALIMENTAR



são as áreas de acompanhamento e áreas de referências em cada CRAS, em que a organização ficou da seguinte maneira:

<b>CRAS Casa Amarela</b>	Instalado em <b>imóvel próprio</b> na Rua Ubatuba, nº 241, São Mateus –Contagem/MG, em área correspondente à Regional Nacional.	
<b>Área Acompanhada</b>		
Arvoredo (Rua 15) Chácaras Cotia Confisco Estrela Dalva Novo Recanto Recanto da Pampulha São Mateus Tijuca Vila Francisco		
<b>CRAS Eldorado</b>	Instalado em <b>imóvel próprio</b> na Rua Senegal, Nº 229, Eldorado – Contagem/MG.	
<b>Área Referenciada</b>		<b>Área Acompanhada</b>
Cincão Cinco Cinquinho Darci Vargas Eldoradinho Glória Inconfidentes (parte do Mercado Central) Jardim dos Bandeirantes Jardim Califórnia Jardim das Oliveiras JK Monte Castelo Novo Riacho Riacho Riacho das Pedras Riacho III Santa Cruz Industrial São Nicodemos São Pedro São Vicente Vera Cruz Vila Paris Vila PTO Vila Samag Vila Santo Antônio Vila Vaquinha		Água Branca Bela Vista Conjunto Água Branca Eldorado Jardim Eldorado Novo Eldorado Vila Beatriz Vila Frigo Diniz
<b>CRAS Icaivera</b>	Localizado à Rua Poranga, nº 74, Icaivera – Contagem/MG.	
<b>Área Referenciada</b>		<b>Área Acompanhada</b>

*melela*



SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
E SEGURANÇA ALIMENTAR



Morro Redondo (San Remo) Liberdade	Aparecida Buganville I Buganville II Darcy Ribeiro Icaivera Nazaré Santa Filomena Tupã
<b>CRAS Industrial</b>	Localizado em <b>sede própria</b> à Rua Marquês de Paraná, nº 95, Industrial – Contagem/MG.
<b>Área Referenciada</b>	<b>Área Acompanhada</b>
Amazonas Antônio Cambraia Cidade Industrial - Juventino Dias Conjunto Sandoval de Azevedo Durval de Barros Flamengo Inconfidentes Industrial (1ª, 2ª e 3ª Seções) Industrial Santa Rita Jardim Emaus Jardim Industrial Jardim Riacho das Pedras Presidente Vargas Santa Maria Vila Canal Vila Floricultura Lemmp Vila Itaú Vila Líder Vila Paulo Frontin Vila Pedreira Santa Rita Vila Pernambucana Vila Rui Barbosa Vila Santa Elizabete Vila São José Operário Vila Tereza Cristina Vila Vitória	Vila Bandeirantes Vila Barraginha Vila da Paz Vila Dom Bosco Vila São Paulo
<b>CRAS Nacional</b>	Localizado na Regional Administrativa Nacional, à Rua Felipe dos Santos, nº 577, Nacional – Contagem/MG
<b>Área Referenciada</b>	<b>Área Acompanhada</b>
Bosque Braúnas Cayapós Carajás Chácara Campestre Chácaras Reunidas Chácara Santa Terezinha Lua Nova da Pampulha	Bom Jesus (Chácaras Bom Jesus) Chácaras Novo Horizonte Chácaras Planalto Jardim Alvorada Nacional (1ª e 2ª Seções) Parque Xangrilá (1ª, 2ª e 3ª Seções)

*Micheli*





SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
E SEGURANÇA ALIMENTAR



Nossa Senhora da Conceição Pedra Azul (1ª e 2ª Seções) Pôr do Sol Rosimeire Vale das Amendoeiras Vale das Orquídeas Vila Boa Vista	
<b>CRAS Nova Contagem</b>	Localizado à Rua VL 06, nº 940, Nova Contagem – Contagem/MG. <b>Sede Própria.</b>
<b>Área Referenciada</b>	<b>Área Acompanhada</b>
Retiro Vila Bastilha Vila Esperança Vila Feliz Vila Formosa Vila Renascer	Ipê Amarelo Nova Contagem (incluindo a Vila Soledade) Estaleiro I e II Vila Renascer
<b>CRAS Parque São João</b>	De base territorial, disponibilizando serviços próximos ao local de moradia das famílias. Está localizado à Rua Hum, nº 60, Parque São João – Contagem/MG.
<b>Área Acompanhada</b>	
Parque São João Perobas (Ruas oito, nove e dez)	
<b>CRAS Petrolândia</b>	Localizado à Rua Querosene, nº 30, Petrolândia – Contagem/MG.
<b>Área Referenciada</b>	<b>Área Acompanhada</b>
Estâncias Imperiais Nascentes Imperiais Sapucaias II e III Solar do Madeira Vila Universal	Beija-Flor Campo Alto Industrial São Luiz Sapucaias I São Caetano Petrolândia Tropical

No que se refere à quantidade total de famílias/indivíduos em acompanhamento e atendidos na Proteção Social Básica, através dos CRAS em Contagem, em 2020, seguem os dados:

<b>Tipo de atendimentos</b>	<b>Número de atendimentos</b>
Famílias acompanhadas no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF	951
Atendimentos presenciais ocorridos em 2020	24.109
Atendimentos remotos ocorridos em 2020	3.868
Acolhidas realizadas na recepção em 2020	51.609
Participantes das atividades dos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV	5.462

*Michel*



SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
E SEGURANÇA ALIMENTAR



No que se refere a Proteção Social Especial – PSE, ressalta-se presta atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social em decorrência de abandono, maus tratos físicos, abusos sexuais, uso de substâncias psicoativas, cumprindo medidas socioeducativas, situação de rua e de trabalho infantil. O objetivo do trabalho do CREAS é contribuir para romper com padrões violadores de direitos no interior das famílias, prevenir a reincidência de violações de direitos por meio do fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva.

Contagem possui 4 CREAS e um CREAS Pop e sua organização de referenciamento as famílias e indivíduos encontra-se no seguinte contorno:

Unidade	Área de acompanhamento
CREAS Eldorado	Eldorado, Riacho, Industrial
CREAS Sede	Sede, Petrolândia
CREAS Vargem das Flores	Vargem das Flores
CREAS Ressaca	Ressaca, Nacional
Centro POP*	Municipal

\* O CREAS Centro Pop é executado em parceria por meio do Termo de Colaboração nº. /

Sobre a quantidade total de famílias/indivíduos em acompanhamento e atendidos na Proteção Social Especial, através dos CREAS e CREAS Pop em Contagem, em 2020, seguem os dados:

Tipo de Atendimento	Número de Atendimento
Famílias acompanhadas no PEDIF em 2020	155
Famílias acompanhadas na MSE em 2020	165
Famílias acompanhadas no PAEFI em 2020	929
Centro Pop	345
Serviço de Abordagem Social - SEAS	227

Em suma, os dados apresentados (número da população por regional, número de equipamentos e número de famílias atendidas e beneficiárias dos programas sociais), nos permitem afirmar que há um déficit de cobertura na oferta de serviços e equipamentos no município de Contagem. O que representa um número considerável de indivíduos e famílias tendo o seu direito violado, e, portanto, sem estarem inseridas na política pública de Assistência Social. Sendo necessário, potencializar as ações de acompanhamento, cadastro e ampliar a cobertura dos Centros de Referência da Assistência Social nos territórios de vulnerabilidade social (aglomerados subnormais), além de criar equipes volantes para atender as famílias e indivíduos que vivem nos territórios distantes dos equipamentos.

O cenário mundial, estampa os reflexos devastadores provocados pela pandemia do novo coronavírus - COVID-19, especialmente para a população em situação de vulnerabilidade (pobre e

*medida*





**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
E SEGURANÇA ALIMENTAR**



extremamente pobre). Em seu Art. 3º, o Decreto Federal Nº 10.282/2020 reconhece a Política Pública de Assistência Social como “atividade essencial” para o atendimento à população, conforme disposto: “Art. 3º As medidas previstas na lei nº 13.979, de 2020, deverão resguardar o exercício e o funcionamento dos serviços públicos e atividades essenciais a que se refere o § 1º. § 1º São serviços públicos e atividades essenciais aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população, tais como”: I (...) II - assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade.”

Enquanto atividade essencial, o SUAS através dos atendimentos e acompanhamentos familiares, tem se deparado com repercussões de ordem econômica, social, e saúde que tem comprometido a qualidade de vida dos usuários, causando vulnerabilidades inúmeras, e agravando as que já existiam, inclusive as de cunho relacionais que precisam ser tratadas de forma a prevenir a violação dos direitos dos indivíduos no interior dos núcleos familiares.

Nessa Pandemia, para não serem contaminadas por esse vírus, as famílias de todas as classes sociais, sofrem com os reflexos dos métodos de isolamento e distanciamento social. É importante destacar que, desde o início da pandemia as condições precárias de vida da população que vive em situação de vulnerabilidade e risco social têm se agravado no Brasil, isso em função da disseminação da COVID-19 e das suas consequências sociais e econômicas. A situação econômica do país escancarou e aprofundou os efeitos da extrema desigualdade social que vive as famílias pobres e o fato de tantas pessoas em condição de miséria ainda estarem invisíveis as políticas públicas.

Desta maneira, vale aqui pontuar, que Contagem não possui um diagnóstico socioassistencial da realidade do município. A ausência de produção, sistematização e disseminação de informações territorializadas, bem como a construção de indicadores e índices de situações de riscos sociais e violação de direitos que incidem sobre famílias e indivíduos nos diferentes ciclos da vida da população, faz com que muitas pessoas permaneçam invisíveis as políticas públicas. Fato que reforça a urgência em implantar o serviço de Vigilância Sociassistencial para a menor definição acerca do quantitativo de unidades necessárias em cada território. Informações que permitiram o planejamento da descentralização da assistência social e a definição das áreas de instalação dos equipamentos de forma descentralizada.

Isso significa que a importância de implantar a vigilância social em Contagem baseia-se na necessidade da política de assistência social em garantir a prevenção do risco, do quase risco e das situações de vulnerabilidade social existentes nos territórios e microterritórios, ao deslocar seu olhar

*Micheli*





SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
E SEGURANÇA ALIMENTAR



e ação para as necessidades, o modo de vida e demandas das famílias, para assim operar com dados significativos acerca das suas áreas de abrangência, na medida em que um diagnóstico do território auxilia no planejamento das ações de intervenção na comunidade local. E consequentemente na oferta de serviços que se comprometam com as demandas do seu território.

Sendo assim, cabe ressaltar que quando apontamos que a vigilância social possibilita a consolidação do SUAS, isso significar dizer que na prática a materialização do SUAS e o fortalecimento da política de assistência social ocorre com garantia de direitos assegurados nas as proteções sociais afiançadas pela LOAS, pela PNAS e pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Todavia, diante do compromisso de efetivar e subsidiar as proteções com informações a fim de que estas sejam capazes de ir onde se encontram os mais vulneráveis, neste estudo lançamos mão de algumas fontes e instrumentos de informação como base para elaboração e um diagnóstico prévio da realidade de Contagem, tais como: Censo SUAS, Registro Mensal de Atendimentos – RMA e o CadÚnico. E diante da análise dos dados, como já apresentamos, podemos inferir que os 10 CRAS existentes no município, são insuficientes para acolher toda demanda que o território nos apresenta. Somente o número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza do município supera a capacidade da maioria dos CRAS, de 5.000 famílias referenciadas, como preconizado na NOB-SUAS/2005.

Dados CRAS - Famílias cadastradas – Referência Dezembro/2020			
CRAS	Área Acompanhada	Área Referenciada	Total de famílias cadastradas
Casa Amarela	4908	-	4908
Eldorado	4069	3505	7574
Icaivera	3173	62	3235
Industrial	3231	3596	6827
Nacional	3134	2116	5250
Nova Contagem	6022	2783	8805
Parque São João	2393	-	2393
Petrolândia	4793	667	5460
Ressaca	9786	1316	11102
Sede	3743	3257	7000

Com base nesses dados é que avaliamos a necessidade, a curto prazo, da implantação da Equipe Volante, adicional aos CRAS nos territórios de difícil acesso, rurais ou grande extensão

*much*





**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
E SEGURANÇA ALIMENTAR**



territorial. Dessa forma, poderemos acolher as famílias e realizar o Trabalho Social, com vistas a prevenção da violação dos direitos socioassistenciais, de forma qualitativa e eficiente.

No que se refere a Proteção Social Especial, encontramos a realidade de que em todos os CREAS possui uma demanda reprimida de atendimento, totalizando 460 casos de violação de direito a espera de atendimento. Cabe destacar que, existe uma demanda excessiva no CREAS Eldorado e quase 50% desta refere-se a regional Industrial. Os dados reforçam a necessidade de ampliar o número de CREAS no município, pois assim, seria possível maior celeridade no atendimento, diminuindo a demanda excessiva no CREAS Eldorado. Além disso, reforça a importância de aumentar o número de CRAS no município, de modo a ampliar o atendimento e a cobertura da Proteção Social Básica, investindo em ações de prevenção nos territórios.

## **2. PROJETO DE PARCERIA**

A Lei 13019/2014, ao criar o regime jurídico próprio para as parcerias entre Estado e organizações da sociedade civil, constituiu avanço democrático ao valorizar a atuação de uma sociedade civil de forma autônoma e participativa, reconhecendo suas especificidades.

Se por um lado a Lei reconhece que as parcerias aproximam as políticas públicas das pessoas e das realidades locais possibilitando a solução de problemas sociais específicos de forma criativa e inovadora, por outro lado, fomenta a rede de assistência social e contribuem na prestação de serviços socioassistenciais de forma eficiente e eficaz.

Para o caso do projeto CRAS CREAS, além de prestar um tipo de serviço qualitativo, a OSC contribui com sua experiência de gestão e se autoalimenta sendo fomentadora de novos projetos em sua realidade local.

### **2.1 Objetivo Geral:**

Pretende-se com o presente projeto de parceria: Garantir a execução das atividades nos CRAS/CREAS, além de ampliar a cobertura da Proteção Social nas Regionais do município de Contagem e o número de famílias referenciadas nos territórios com maior índice de vulnerabilidade e risco social.

#### **2.1.1 Objetivos Específicos:**

- ✓ Atender efetivamente às demandas da população de Contagem no que compete a Política de assistência social;
- ✓ Contribuir para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva;
- ✓ Processar a inclusão das famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos, conforme necessidades;

*Michele*



SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
E SEGURANÇA ALIMENTAR



- ✓ Garantir a proteção social a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais de qualidade conforme os princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social;
- ✓ Tornar a cidade de Contagem na consolidação do SUAS, buscando por meio da articulação intersetorial romper com o ciclo de reprodução intergeracional da pobreza e do processo de exclusão social, contribuindo para a cidadania e a emancipação da população de Contagem;
- ✓ Realizar o acompanhamento socioassistencial das pessoas em situação de extrema pobreza em Contagem;
- ✓ Garantir a participação da sociedade civil neste processo de aprimoramento dos serviços públicos;
- ✓ Ampliar a cobertura da Proteção Social Básica nas Regionais do município de Contagem e o número de famílias referenciadas nos territórios, ao implantar as equipes volantes e também aumentar o número de equipamentos CRAS e CREAS em Contagem.

## 2.2. Metas Quantitativas e Qualitativas:

Por definição, parceria é um arranjo em que duas ou mais partes estabelecem um determinado acordo visando atingir metas que tragam benefícios para os envolvidos na parceria. Com base no diagnóstico apresentado, nos objetivos geral e específico, apresentamos a seguinte proposta de metas previstas para o período da parceria:

META	AÇÃO	INDICADOR	
		UNIDADE	QTDE
1	Atendimento de famílias nos 10 CRAS do município	Famílias atendidas/mês	65.000
2	Realização de eventos e oficinas nos 10 CRAS do município	Eventos/Oficinas realizadas/mês	960
3	Realização de encaminhamentos para a rede de políticas públicas e sistema de garantia de direitos	Encaminhamentos realizados/Mês	15.000
4	Acompanhamento de famílias nos 04 CREAS do município	Famílias acompanhadas/mês	1.700
5	Realização de atividades em grupo com usuários dos 04 CREAS do município	Atividades em grupo realizadas/Mês	350
6	Realizar apoio técnico administrativo e de gestão em atendimento aos usuários/beneficiários de programas sociais;	Gestão/ mês	12
7	Criar as equipes volantes nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).	Equipes	8

*Assinatura*





**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
E SEGURANÇA ALIMENTAR**



8	Implantar dois CRAS nas regionais que apresentam o maior número de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza, tais como Ressaca e Vargem das Flores.	Gestão/ano	2
9	Implantar no município o CREAS Industrial	Gestão/ano	1
10	Realizar diagnóstico socioassistencial nas regionais ao implantar Vigilância Socioassistencial no município.	Gestão/ mês	8

A execução das metas exigiram recursos humanos qualificados, serviços terceirizados e materiais diversos que serão dimensionados na minuta de Plano de Trabalho anexa ao Projeto Básico.

### **2.3 Referências gerais para o plano de trabalho técnico**

#### **2.1.1 Recursos Humanos**

A RESOLUÇÃO Nº 269, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2006. DOU 26/12/2006, aprovou a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS. As equipes de referência são os profissionais, de nível médio e superior que irão executar o SUAS no Município. Na realidade de Contagem, as coordenações dos equipamentos públicos CRAS e CREAS são feitas por servidores públicos. Estamos suprimindo grande parte das equipes técnicas com servidores efetivos por meio de Concurso Público Administração Direta nº02/2019. No entanto, ainda é necessário compor equipe e serviços de apoio para o acompanhamento e execução de ações e atividades no projeto. A composição da equipe de referência, de acordo com as Orientações Técnicas, considera que os recursos humanos de cada unidade devem ser dimensionados, considerando os serviços ofertados, a demanda por acompanhamento especializado e a capacidade de atendimento das equipes.

As principais atribuições das equipes nos CRAS são:

a) Coordenação/Direção: realizar funções administrativas, coordenar o grupo de funcionários, orientando e avaliando todas as ações desenvolvidas no CRAS; direcionar a continuidade ou a mudança das atividades planejadas e também das condutas profissionais dos funcionários do equipamento. Deve possuir experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais. A coordenação do CRAS deve fomentar o trabalho articulado entre os profissionais, estimulando a troca de conhecimentos e a produção de novos saberes. Ao mesmo tempo, deve procurar reconhecer as necessidades de capacitação e formação continuada da equipe que coordena com vistas a superar dificuldades e melhorar a qualidade dos serviços.

*mohe*





SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
E SEGURANÇA ALIMENTAR



b) Técnicos de Nível Superior, com formação em Serviço Social, com perfil e experiência de atuação e/ou gestão em programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais; conhecimento da legislação referente à política nacional de assistência social; domínio sobre os direitos sociais; experiência de trabalho em grupos e atividades coletivas; experiência em trabalho interdisciplinar; conhecimento da realidade do território e boa capacidade relacional e de escuta das famílias. Funções principais: acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS; planejamento e implementação do PAIF, de acordo com as características do território de abrangência do CRAS; mediação de grupos de famílias dos PAIF; realização de atendimentos particularizados e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS; desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território; apoio técnico continuado aos profissionais responsáveis pelo(s) serviço(s) de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvidos no território ou no CRAS; realização da busca ativa no território de abrangência do CRAS e desenvolvimento de projetos que visam prevenir aumento de incidência de situações de risco; acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades e outras funções descritas no documento "Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – MDS/2009".

c) Técnico de Nível Superior, com formação em Psicologia, com perfil e experiência de atuação e/ou gestão em programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais; conhecimento da legislação referente à política nacional de assistência social; domínio sobre os direitos sociais; experiência de trabalho em grupos e atividades coletivas; experiência em trabalho interdisciplinar; conhecimento da realidade do território e boa capacidade relacional e de escuta das famílias. Funções principais: acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS; planejamento e implementação do PAIF, de acordo com as características do território de abrangência do CRAS; mediação de grupos de famílias dos PAIF; realização de atendimentos particularizados e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS; desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território; apoio técnico continuado aos profissionais responsáveis pelo(s) serviço(s) de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvidos no território ou no CRAS; realização da busca ativa no território de abrangência do CRAS e desenvolvimento de projetos que visam prevenir aumento de incidência de situações de risco; acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades e outras funções descritas no documento "Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – MDS/2009".

*mdu*





**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
E SEGURANÇA ALIMENTAR**



d) Técnico de Nível Superior, com formação de acordo com a Resolução CNAS Nº17/2011, com perfil e experiência de atuação e/ou gestão em programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais; conhecimento da legislação referente à política nacional de assistência social; domínio sobre os direitos sociais; experiência de trabalho em grupos e atividades coletivas; experiência em trabalho interdisciplinar; conhecimento da realidade do território e boa capacidade relacional e de escuta das famílias. Funções principais: acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS; planejamento e implementação do PAIF, de acordo com as características do território de abrangência do CRAS; mediação de grupos de famílias dos PAIF; realização de atendimentos particularizados e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS; desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território; apoio técnico continuado aos profissionais responsáveis pelo(s) serviço(s) de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvidos no território ou no CRAS; realização da busca ativa no território de abrangência do CRAS e desenvolvimento de projetos que visam prevenir aumento de incidência de situações de risco; acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades e outras funções descritas no documento "Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – MDS/2009".

e) Técnicos de Nível Médio, com conhecimento para o desenvolvimento das rotinas administrativas do CRAS. Desejável experiência de atuação em programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais; conhecimento da PNAS; noções sobre direitos humanos e sociais; sensibilidade para as questões sociais; conhecimento da realidade do território e boa capacidade relacional e de comunicação com as famílias.

f) Técnico de Nível Fundamental, para atuação em serviços gerais, com funções de limpeza e atuando junto ao funcionamento operacional do CRAS, de acordo com o Art. 7º da Resolução Nº89/2014.

As principais atribuições das equipes nos CREAS são:

a) Perfil e principais atribuições do Coordenador do CREAS: Escolaridade de nível superior de acordo com a NOB/RH/2006 e com a Resolução do CNAS nº 17/2011; Experiência na área social, em gestão pública e coordenação de equipes; Conhecimento da legislação referente à política de Assistência Social, direitos socioassistenciais e legislações relacionadas a segmentos específicos (crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres etc.); Conhecimento da rede de proteção socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, do território; Habilidade para comunicação, coordenação de equipe, mediação de conflitos, organização de informações, planejamento, monitoramento e acompanhamento de serviços; Coordenar o processo

*micha*





SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
E SEGURANÇA ALIMENTAR



de articulação cotidiana com as demais unidades e serviços socioassistenciais, especialmente outros CRAS e Serviços de Acolhimento, na sua área de abrangência, recorrendo ao apoio do órgão gestor de Assistência Social, sempre que necessário; Definir com a equipe a dinâmica e os processos de trabalho a serem desenvolvidos na Unidade; Coordenar a execução das ações, assegurando diálogo e possibilidades de participação dos profissionais e dos usuários; Coordenar os encaminhamentos à rede e o seu acompanhamento; Coordenar as rotinas administrativas, os processos de trabalho e os recursos humanos da Unidade; Participar da elaboração, acompanhamento, implementação e avaliação dos fluxos e procedimentos adotados, visando garantir a efetivação das articulações necessárias; Subsidiar e participar da elaboração dos mapeamentos da área de vigilância socioassistencial do órgão gestor de Assistência Social; etc. Lembrando que todos os Coordenadores de CRAS e de CREAS são servidores efetivos concursados.

b) o perfil e atribuições do técnico de nível superior do CREAS são: Escolaridade mínima de nível superior, com formação em Serviço Social, Psicologia, Direito; Conhecimento da legislação referente à política de Assistência Social, direitos socioassistenciais e legislações relacionadas a segmentos específicos (crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres etc.); Conhecimento da rede socioassistencial, das políticas públicas e órgãos de defesa de direitos; Conhecimentos teóricos, habilidades e domínio metodológico necessários ao desenvolvimento de trabalho social com famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos (atendimento individual, familiar e em grupo); Conhecimentos e desejável experiência de trabalho em equipe interdisciplinar, trabalho em rede e atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos; Conhecimentos e habilidade para escuta qualificada das famílias/indivíduos. Tendo as atribuições de Acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações; Elaboração, junto com as famílias/indivíduos, do Plano de acompanhamento Individual e/ou Familiar, considerando as especificidades e particularidades de cada um; Realização de acompanhamento especializado, por meio de atendimentos familiar, individuais e em grupo; Realização de visitas domiciliares às famílias acompanhadas pelo CREAS, quando necessário; Realização de encaminhamentos monitorados para a rede socioassistencial, demais políticas públicas setoriais e órgãos de defesa de direito; Trabalho em equipe interdisciplinar; Orientação jurídico-social (advogado); Alimentação de registros e sistemas de informação sobre das ações desenvolvidas; Participação nas atividades de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos de trabalho; Participação das atividades de capacitação e formação continuada da equipe do CREAS, reuniões de equipe, estudos de casos, e demais atividades correlatas; Participação de reuniões para avaliação das ações e resultados

*mich*





SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
E SEGURANÇA ALIMENTAR



atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas; para a definição de fluxos; instituição de rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações e procedimentos.

c) o perfil e atribuições do orientador social do CREAS: Escolaridade mínima de nível médio completo; Conhecimento básico sobre a legislação referente à política de Assistência Social, de direitos socioassistenciais e direitos de segmentos específicos; Conhecimento da realidade social do território e da rede de articulação do CREAS; Habilidade para se comunicar com as famílias e os indivíduos; Conhecimento e experiência no trabalho social com famílias e indivíduos em situação de risco. Sendo suas atribuições a de recepção e oferta de informações às famílias do CREAS; Realização de abordagem de rua e/ou busca ativa no território; Participação das reuniões de equipe para o planejamento de atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultados; Participação das atividades de capacitação e formação continuada da equipe do CREAS.

d) o perfil e atribuições do auxiliar administrativo do CREAS com Escolaridade mínima de nível médio completo; Conhecimento sobre rotinas administrativas; Domínio de informática e internet; Desejável conhecimento sobre gestão documental. E, principais atribuições de apoio aos demais profissionais no que se refere às funções administrativas da Unidade; Recepção inicial e fornecimento de informações aos usuários; Agendamentos, contatos telefônicos; Rotinas administrativas da unidade, relacionadas a seu funcionamento e relação com o órgão gestor e com a rede; Participação das reuniões de equipe para o planejamento de atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultados; Participação das atividades de capacitação e formação continuada da equipe do CREAS.

### 2.1.2 Recursos Logísticos

Será necessário disponibilizar serviços ou pessoal para transporte de equipes de referência, para atuação junto a todos os CRAS e CREAS, além da previsão de recursos conforme detalhamento nos anexos da minuta de Plano de Trabalho que submetemos à aprovação do Ordenador de Despesas.

### 3. Acompanhamento das Metas e Indicadores

É de responsabilidade do Órgão Público, por meio da SMDS, a Gestão da Política Nacional da Assistência Social, cabendo à mesma sua coordenação e fomento, bem como, todo o direcionamento técnico e político para a execução da Política Municipal da Assistência Social em todos os seus Equipamentos, Serviços, Programas, Projetos e Benefícios. Para a articulação com a rede socioassistencial, o acompanhamento da prestação do serviço, será assegurada por meio do Gestor da Parceria e Comissão de Monitoramento e Avaliação, conforme determinação legal, sendo ainda, obrigação da OSC escolhida, a execução conforme estabelecido em Lei e nas orientações do

*med*





**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
E SEGURANÇA ALIMENTAR**



Gestor da Política Pública. São atribuições de gestor /fiscal o acompanhamento integral da parceria, com ênfase na prestação de contas das metas acordadas por meio de: (a) a realização de visitas in loco; (b) a condução de reuniões de supervisão técnica de direcionamento, monitoramento e avaliação com as equipes executoras dos serviços; (c) o acesso a relatórios, prontuários e instrumentais de controle dos trabalhos junto aos usuários; (d) o acesso a instrumentais utilizados para organização e planejamento das atividades ofertadas no serviço; (e) a proposição de estudos de caso em conjunto com a equipe da unidade executora, entre outros.

As Unidades Executoras do CRAS e CREAS devem enviar, mensalmente, para a Secretaria de Desenvolvimento Social, a sua programação de atividades, com datas e horários, para fins de acompanhamento da supervisão responsável e para divulgação pela Assessoria de Comunicação do Órgão Gestor.

Devem apresentar, também, mensalmente, o relatório dos atendimentos realizados e demais informações pertinentes a Unidade CRAS CREAS, com aspectos quantitativos e qualitativos, demonstrando os fluxos de encaminhamentos de usuários entre os níveis de proteção social, os integrantes da rede socioassistencial e do Sistema de Garantia de Direitos e manter atualizados e arquivados os relatórios e prontuários de atendimento e acompanhamento dos usuários do serviço e suas famílias.

#### **4 - IMPACTO SOCIAL ESPERADO:**

4.1 - No âmbito da Política de Assistência Social, as seguranças, entendidas como garantias sociais, buscam assegurar a concretização de alguns direitos sociais reconhecidos pelo Estado brasileiro. As aquisições específicas de cada serviço socioassistencial estão organizadas na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais a partir das seguranças sociais, sendo as seguintes: (1) Segurança de Acolhida; (2) Segurança de Convívio Familiar e Comunitário e (3) Segurança de Desenvolvimento da Autonomia

4.2 - No âmbito do PAIF, pretende-se que, em conjunto com os demais serviços socioassistenciais e setoriais presentes no território, suas ações possam contribuir para: a) redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social no território de abrangência do CRAS; b) prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência no território de abrangência do CRAS; c) aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais; d) melhoria da qualidade de vida das famílias residentes no território de abrangência do CRAS. e) atender 65mil famílias em situação em situação de vulnerabilidade;

4.3. Nos CREAS: a) Continuidade do processo de abordagem social proativa nos territórios e implementação de estratégias para o estabelecimento de vínculo com o público referenciado; b)

*mich*





**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
E SEGURANÇA ALIMENTAR**



Continuidade dos processos de atendimento e acompanhamento de vínculo com o público referenciado;  
c) Mapeamento consolidado dos locais de incidência de trabalho infantil no território e desenvolvimento de plano de atuação em parceria com os CREAS do território; d) acompanhar 1700 mil famílias em situação de violação de direitos.

**CONCLUSÃO**

Por fim, cabe ao Gestor a decisão sobre o tipo de procedimento a ser adotado na escolha da OSC. O indicativo é que a entidade, em sua política de recursos humanos, deve realizar ações comprometidas com a valorização e a promoção da diversidade étnico-racial e de gênero em seus ambientes de trabalho, respeitando as diferenças entre as pessoas, considerando prioritariamente funcionários e usuários das ações e serviços, atuando efetivamente contra todas as formas de discriminação e outras formas de violências interpessoais e violações de direito.

À consideração superior.

Contagem, 04 de fevereiro de 2021.

*Michele de Castro*  
Michele de Castro Caldeira  
Matricula 1420450  
Superintendente de Assistência Social

**Michele de Castro Caldeira**

Superintendente de Assistência Social